

PRÁTICAS EDUCATIVAS E PUBLICIDADE: A INICIATIVA PRIVADA NO ALMANAK LAEMMERT (1844/1859).

Aline de Moraes Limeira - UERJ¹

Eixo Temático 2 - História da profissão docente e das instituições escolares.

Este estudo se inscreve num projeto de pesquisa acerca do fenômeno da escolarização na Corte Imperial brasileira. Contribuindo, de modo particular, na investigação acerca dos processos de disseminação de escolas, seus materiais, sua organização e funcionamento. Um investimento que se ancora na busca por indícios que permitam tornar visíveis certos equipamentos das escolas, colégios e distintas práticas educativas da iniciativa privada na Corte e província do Rio de Janeiro no século XIX, a partir de uma fonte muito peculiar, o Almanak Laemmert. Seu uso de justifica pela recorrência do tema educação inscrito nestes seus registros publicitários, que, ao priorizar na escrita certas preocupações - como a estrutura física ou um “lugar mais salubre”, um mobiliário, uma tabela de estudos, uma oferta de certos saberes, certos profissionais “premiados”, “dignos e hábeis” - nos fornecem indícios que possibilitam reconstruir a imagem deste modelo privado de educação que circula nos oitocentos.

Antecedido por um pequeno investimento, a *Folhinha Literária* (1839), o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*² - conhecido popularmente como *Almanak Laemmert* - foi o grande responsável pelo sucesso dos irmãos franceses, Henrique e Eduardo Laemmert, com a tipografia. A obra, de “utilidade permanente não só ao comércio senão a todas as classes da sociedade”, foi publicada anualmente entre 1844 e 1889. Inobstante o fato de as publicações terem ocorrido em cinco décadas nosso foco recortará as duas primeiras décadas de publicação, 40 e 50.³

Seu conteúdo realizava uma quase radiografia dos espaços públicos e privados da Corte e Rio de Janeiro ao detalhar, em mais de mil páginas⁴ de cada edição, profissionais

¹ Bolsista Monitoria/Pesquisadora NEPHE

² Os valores de anúncio são, 15\$000 pelo anúncio de uma página inteira, 8\$000 por meia página, um quarto desta por 4\$000, ou ainda \$320 por cada linha. O custo da assinatura era de dois mil réis, e a partir de 1846 já seria dois mil e quinhentos contos de réis. Aumento justificado pelo número de páginas acrescidas ao longo das publicações. O custo, além da própria localidade em que circula esta obra, a Corte Imperial - um espaço que representava, naquele momento, o “fulcro da civilização” - nos possibilita sublinhar certa seletividade do seu público leitor, bem como de seus anunciantes.

³ Com este recorte temporal (1844 a 1859) o somatório de páginas, com os 16 anos de publicação, é de mais de 5.300.

⁴ As primeiras edições tiveram um número menor de páginas.

dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte, Instituições, comércios. Uma infinidade e variedade de temas.

O destaque maior damos ao fato de que, num discurso em que se constrói a propaganda, em que se “vende” uma imagem, capturamos aquilo que as próprias instituições percebiam de si mesmas e do sentido de escolarização. As propagandas informam-nos bastante sobre os signos que forneciam especificidades às distintas práticas de escolarização. Encontrar nestes anúncios alguns dos sinais deixados pela iniciativa privada do ensino é um objetivo central em nosso trabalho, justificado pelo número de escolas que, neste tempo, aumentava a cada ano, bem como aumentava o valor e a importância atribuídos a instrução. Este momento caracteriza-se como aquele em que o Estado Imperial estabelece várias estratégias no sentido de produzir e legitimar o lugar social da escola. E inscrever a iniciativa privada neste movimento, como uma das relações complexas e distintas que o constituiu, ao reforçar, instaurar, reagir e legitimar certas práticas, torna-se, por tanto, um imperativo.

Diante dos indícios da significativa expansão quantitativa do aparelho privado de escolarização, localizados na legislação e em dados censitários da época, nos atentamos em interpelar acerca de possíveis critérios e relações, inscritos neste fenômeno. Podemos perceber como vestígios alguns elementos como a liberdade garantida pelo poder público em legislação, desde a Constituição do Império de 1824, que, ao contemplar, genericamente, a questão da atividade privada, declarava livre qualquer gênero de trabalho, indústria ou comércio que não se opusesse “aos costumes públicos, a segurança e a saúde dos cidadãos.”⁵ Uma medida garantida em lei e defendida por intelectuais, profissionais da educação e políticos, como o ministro Liberato Barroso para quem “ao lado do ensino primário gratuito e obrigatório deve marchar e se desenvolver o ensino livre”⁶ Podemos apontar também o incentivo financeiro aos profissionais da educação que atenderem alunos pobres dos lugares em que não houver escolas públicas, localizado no Regulamento de Couto Ferraz, em 1849⁷. Uma percepção do privado como alternativa à ausência e ineficiência da ação pública. No que se refere aos vestígios de sua expansão extraídos, propriamente, dos anúncios, podemos relatar, entre outros, o endereço das escolas. Estes, descritos como rua e número, nos demonstram uma proximidade com o critério de abertura das escolas públicas: densidade populacional. Visto que, a maioria deles possibilita

⁵ (art. 174 § 24).

⁶ Descrever a obra

⁷ Regulamento da Instrução Primaria. Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1849. Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

perceber a concentração destes estabelecimentos nas 21 freguesias da Corte Imperial, principalmente as mais centrais como Sacramento, Gloria, São Cristóvão. Nas ruas da Alfândega, da Assembléia, Lavradio, Livramento, Quitanda, etc. Assim, podemos pensar que a proliferação destas instituições nas localidades centrais, ou melhor, áreas de maior concentração urbana, da Corte e Províncias do Rio de Janeiro, seja mais um dos critérios que permeiam este processo. Haja vista a concentração de uma demanda maior da camada abastada da sociedade nestas localidades.

Neste sentido, a partir das percepções possibilitadas pela leitura de alguns anúncios, iremos estabelecer uma reflexão repartida nas duas categorias de praticas privadas de educação inscritas na fonte, a saber: sociedades, organizadas, de modo geral, para pensar a educação no império, e que promoveram instrução, parcial ou totalmente, gratuita; e propriamente os colégios e aulas particulares.

Sociedades.

Estas associações, - iniciativa de políticos, intelectuais, religiosos e profissionais da educação -, como a IMPERIAL SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUCAO⁸, fundada em 5 de setembro de 1829, realizam debates acerca dos progressos e problemas educacionais da sua época, e, ao mesmo tempo, oferecem aulas aos filhos dos sócios e crianças órfãs e pobres. Esta sociedade tem, em “sua casa no Largo D’ajuda, uma aula de ensino primário” para 150 meninos, e mais duas aulas para 60 meninas em cada, ministradas na respectiva casa das professoras⁹. Destaca ainda que, um terço destas atividades de ensino são destinadas exclusivamente aos filhos dos sócios, os dois terços restantes é que se destinam ao atendimento do público “pobre e orphão”, seu atendimento aos mais necessitados estende-se a “socorros medicinaes, calçados e vestuario”.¹⁰ Mantém sessões semanais, de encontro dos conselheiros e sócios. Alguns destes, somados a 18 conselheiros e 21 consultores, ministravam as aulas da sociedade, oferecendo-se para lecionar gratuitamente.

⁸ Em primeiro de setembro de 1845 o titulo imperial lhe é concedido e passa, na edição de 1846, a ser reconhecida como Imperial Sociedade Amante da Instrução, título concedido por “Diploma Imperial”. O protetorado da Imperatriz também e conferido a sociedade às aulas de meninas no mesmo ano. No mesmo ano em que se registra tal mudança o seu anuncio passa a ser publicado com maior riqueza de informações.

⁹ Em 1859, registra o atendimento de 2000 alunos de ambos os sexos, desde sua fundação.

¹⁰ No Colégio Bellas Artes, por oferecimento do diretor, estudam gratuitamente 10 alunos pobres e órfãos da sociedade, bem como Oficina de Obras Publicas, em que mais 10 alunos estão, na parte da manha, recebendo instrução para trabalho.

Em 46 anuncia a criação de um colégio para atendimento gratuito das suas alunas órfãs e pobres, e para meninas que pagarão o custo de 12\$000 rs para a mensalidade de pensionato.

Outra instituição com mesma finalidade, a SOCIEDADE PATERNAL, foi fundada em 1841, sob proteção do Imperador, tendo como presidente o Bispo Capelão Mor do RJ¹¹. Esta se propõem a “difundir por meio de subscrição voluntária pelas crianças católicas o dúplice benefício da religião e da educação primária”. Relativo à SOCIEDADE COMPADECIDA DOS INOCENTES BRASILEIROS E ESTRAGEIROS DESVALIDOS, os anúncios destacam sua fundação em 1833 para “dar a instrução primária à mocidade indigente”. Registra que, somente após 16 anos de reivindicação, foi estabelecida uma aula pública por intercessão de um dos seus sócios¹², “aliviando assim a sociedade da fadiga a que havia se dedicado”. A SOCIEDADE DA ISNTRUCAO GRATUITA, fundada em 1834, constitui-se de uma sessão semanal e uma aula, estabelecida na própria casa, que é freqüentada por cerca de 50 alunos pobres e cerca de 30 filhos de sócios da instituição.

Colégios e aulas avulsas.

A partir dos dados que se tornam visíveis na construção dos anúncios no Almanak Laemmert, podemos localizar certos traços do funcionamento destas instituições privadas no atendimento do ensino. A tarefa é descrever este aparelho escolar com seus equipamentos, sua organização, corpo de saberes, de profissionais, a composição de seus valores, sua relação com as prescrições das instancias publicas.

Podemos iniciar o exercício de caracterização destas praticas ordinárias nos debruçando sobre os vestígios que os anunciantes nos fornecem acerca das ações educativas vinculadas aos exames de nível secundário. Estes exames parcelados estão relacionados à Diretoria Geral da Instrução Pública como condição para seguir o curso de estudos superiores nas Academias do Império.¹³ Dos diversos colégios e aulas direcionadas para este nível de ensino, alguns fazem referencia aos detalhes que envolvem este processo, como as datas. Nos anúncios do Colégio da Boa União e o Colégio Santa Cruz, registram os dias de realização dos exames públicos, indicando que o ano letivo está condicionado as datas destes exames. Estas, e outras instituições privadas precisavam se

¹¹ Conde de Irajá.

¹² Comendador Manoel de Frias Vasconcellos, que era membro da assembléia provincial, para atender aos meninos daquele distrito.

¹³ A partir da lei de 17/02/1854 foi criada, junto à Inspetoria Geral da Instrução Publica, uma banca de exames de preparatórios.

ajustar a este interesse prioritário por parte da demanda de alunos do ensino secundário, que era o exame. Desta forma, nossa percepção, a partir dos anúncios, identifica que algumas disciplinas que não eram exigidas para realização destes exames, não eram, por sua vez, exigidas pelos colégios particulares. Quando as ofereciam, constituíam um sistema de cursos extras, à parte do valor da taxa escolar, sugerindo uma procura não tão significativa.¹⁴

Dando continuidade as questões levantadas pela nossa investigação, podemos apontar sinais relativos aos planos de estudo de cada instituição, condicionados ao nível de ensino oferecido. Algumas destas, oferecem os diversos ramos de escolarização numa única unidade, porem, o mais recorrente é uma instituição, ou profissional, especializados num único nível, como primeiras letras, secundário, preparatório. Havendo ainda aqueles que faziam referência a um sistema de reforço escolar, uma espécie de professor explicador¹⁵, como o Colégio Victório, de aulas preparatórias para meninos que destaca aulas de reforço para alunos do primeiro ano de medicina, semelhante a este outro anúncio:

José Antonio do Valle, professor de philosophia moral e racional, explicador de physica, botanica e zoologia, rua da Cadêa, 99.

Os anúncios que fazem referência ao nível secundário de ensino, estão divididos por colégios e aulas avulsas. Os colégios têm uma lista de saberes, comumente, mais ampla que as grades exigidas para os cursos superiores através dos exames públicos, como o Colégio Roosmalen, que, num anúncio de 1859, faz referencia aos diversos saberes a que se propõem ofertar, como educação física (ginástica e natação - que é exercício para o corpo, agilidade e segurança) e propriamente o ensino (estudo para as profissões liberaes e para o comercio) que são “matérias ensinadas conforme as exigencias da profissão para o qual os pais destinam seus filhos”.¹⁶ Ao passo que as aulas avulsas do ensino secundário são procuradas, quase exclusivamente, por interesse de preparação a estes exames.

Foi possível identificar, também, exemplos de anúncios do ensino secundário sem informação acerca da oferta do ensino preparatório. Nos referimos ao Colégio Fluminense, que lista alguns saberes, ao lado do “lindíssimo Tratado de Caracteres de Escripta Ventureuse, do qual possui as utilíssimas pautas, ainda desconhecidas na corte, e não usadas em outro colégio”. Ou ainda o Colégio Atenêo Fluminense, em 45, com oferta de

¹⁴ Física, química, historia natural, musica, dança etc.

¹⁵ Este tipo de anuncio, em que o próprio professor oferece seus serviços sem vinculo institucional, localiza-se, diferentemente do anuncio dos colégios, num outro espaço de publicidade no almanak, são os anúncios das *Profissões Liberaes* como especificado no Índice Alfabético. Podem ser professor primário, de preparatório ou secundário, de bellas artes, como musica ou desenho, todos estão nessa sessão do almanak.

¹⁶ Línguas, matemática, geografia celeste e terrestre, historia sagrada, antiga, moderna e arquitetura.

um típico ensino humanista - característica das disciplinas que oferece.¹⁷ E ainda aqueles em que a oferta de ensino poderia ocorrer concomitantemente com distintos níveis da escolarização, como o Lyceu Comercial que, em 52, registra a oferta de ensino preparatório (com línguas francesa e inglesa) e de primeiras letras.

Ao contrario do que percebemos na oferta de ensino secundário - a significativa superioridade, em números, de atendimento ao publico masculino - nos anúncios de escolas do ensino primário, a presença mais numerosa foi de estabelecimentos femininos.¹⁸ Um fato que aponta uma tensão que se constitui na época, a questão dos saberes.

Para os meninos, além das matérias básicas do ensino primário (doutrina crista, leitura, escrita, quatro operações matemáticas e bellas artes - música, desenho, dança), ainda existiam estabelecimentos ofertando escrituração, contabilidade mercantil, aritmética e geografia, como o Colégio Kopke, anunciado em 53 e o Colégio do Padre Saraiva, no mesmo ano. No que se tange os saberes femininos, somado a estas lições elementares do ensino primário, o mais recorrente é que qualquer complemento curricular estabeleça restrições às matemáticas (álgebra, aritmética, geometria) e fique condicionado a oferta de “prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina”, como destaca o Colégio Nacional, sob direção de D. Polucena Maria da Conceição Cruz, ou no Colégio Augusto, onde somente pela vontade dos pais poderá ser aplicada a Aritmética.

Não podemos deixar de salientar, evidentemente, as marcas que descaracterizam uma imagem generalizante lançada a estas questões. Identificamos algumas instituições marcadas por tencionar estas tradições, como o Colégio de Meninas, dirigido por M.r e M.me Lacombe, onde o destaque é para os estudos de algumas sciencias como aritmética, geometria e princípios da física. O destaque de disciplinas como cálculo, escrituração mercantil, retórica, geografia e esfera, e mitologia, é para o Colégio de Meninas, dirigido pela Senhora Baroneza de Geslin.

No que se refere às questões de autorizações de abertura e funcionamento, alguns estabelecimentos atestam sua legalidade nos anúncios como instrumento, sinal ou marca de legitimidade, de atestado de qualidade. Em 1852, o Colégio de São Sebastião, preparatório, secundário, e instrução primaria, destaca que seus estatutos foram examinados e

¹⁷ Literatura portuguesa, brasileira, inglesa, francesa, alemã, italiana. Geografia e historia, somadas a um curso extra de arqueologia.

¹⁸ As únicas instituições que localizamos, nestas 16 edições analisadas, que se comprometem com a formação de nível secundário, além do ensino primário, para meninas, são: Colégio de N. Senhora da Conceição e o Colégio de Meninas, dirigido pela Madame Grivet.

aprovados, nos fornecendo indícios acerca dos sujeitos que se envolviam neste processo, em nome do Poder Público.¹⁹ Uma outra instituição é o Colégio de Meninas, dirigido pela Sr. Geslin, que, no anúncio de 1859, garante que: “este magnífico estabelecimento é aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica”.

No que se refere às estruturas físicas de atendimento destas instituições podemos dar destaque a preocupação precípua que toma visibilidade em toda imprensa e que desperta na sociedade oitocentista grande interesse desde meados dos anos trinta, a oferta de ensino em localizações “mais salubres”. Sem dúvida que, a partir dos discursos médico-higienistas que circulam na Corte e Província do Rio de Janeiro, este detalhe no interior do registro de publicidade recebe bastante atenção, como podemos perceber no anúncio do “Magnífico estabelecimento”, dirigido pela “Sr. Baronesa de Geslin”, o “Colégio de Educação D’Meninas” que se localiza num dos “mais salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro”.

Na década de 40, os anúncios do Colégio Fluminense, em relação aos cuidados, os seletos e bem escolhidos alunos tem garantida vigilância e sistema rígido de punição no que se refere as questões de sexualidade, relacionadas diretamente a moralidade: “escolha dos alunos que admitir, despedindo aqueles em que observar atos imorais”. Outras instituições, como o Colégio Preparatório para o Comercio e Academias do Império, fazem questão de destacar que o estabelecimento é situado num dos mais “bellos subúrbios da Corte”. O Colégio de Meninas, dirigido pela Baroneza de Geslin, destaca cuidado vigilante e “verdadeiramente maternal”.




Na tentativa de reconstituir os vestígios de um caminho traçado pelos profissionais da educação inseridos nesta malha privada, levantamos alguns apontamentos a partir desta leitura sistematizada dos anúncios. Como a preocupação em atestar qualidade da instituição a partir dos profissionais que ministram as aulas em seus estabelecimentos, como o Colégio Parahyba do Sul em que se registra a preocupação do diretor em “fazer os maiores sacrifícios para obter e conservar os mais dignos e hábeis professores”. Ainda do Colégio Santa Cecília onde os professores são da mais “reconhecida habilidade no desempenho de sua arte”. Já o Colégio Zaluar, só destaca seus funcionários no anúncio contratado, identificando uma Comissão Inspetora, com membros que compunham a

¹⁹ Comissão que se compunha de cinco digníssimos membros, a saber: Dr. F. Paula Candido, Dr. F. Ignácio de Carvalho Moreira, Conselheiro João Duarte Lisboa Serra, Inspetor Geral Dr. Justiniano Jose da Rocha, Secretario do Governo da Província do RJ Dr. Octaviano de Almeida Rosa

intelectualidade e a política do período.²⁰ Semelhante a este registro, o Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara, relata a presença de 18 funcionários do estabelecimento.²¹

A partir destas fontes, foi possível investigar acerca dos sinais de formação destes profissionais, indicados de diversas maneiras, como num anúncio de 1847, em que o professor Casimiro Correia de Almeida Portugal destaca que “foi discípulo dos professores lisboenses João Manoel Esteves e Joaquim Jose Ventura”. Em 1850, entre os anúncios de profissões liberais, o professor de ginástica, Bernardo Urbano de Bidegorry, anuncia seus vínculos profissionais e qualificação, registrando ter três medalhas de “salvação de vidas”, ser diretor do Ginásio Normal Militar do Arsenal de Guerra.²²

Outros profissionais reforçam ainda mais esta visibilidade as descrições de suas habilidades, de seus prêmios, de suas publicações, de seus pertencimentos a ordens socialmente reconhecidas, como o diretor do Colégio D’instrução Primária de Meninos, dirigido por Antonio Maria Barker, “autor e proprietário de uma coleção de compêndios apropriados à mesma instrução (primária), que se achão a venda em quase todas as lojas de papel”. Os professores Guilherme Paulo, João Jacques, Fernandes de Brito e Francisco Manoel, entre outros, notificam o pertencimento à ordens religiosas, como sinal de prestígio social, da seguinte forma:

Guilherme Paulo Tilbury,  2,  4,
Francisco Manoel da Silva,  5,

O custo das famílias para manter seus filhos em um destes estabelecimentos variava. Primeiro, nos casos em que poderiam optar por manter seus filhos como pensionistas - com permanência integral, onde o retorno as casa era somente nas férias, recebendo alimentação, instrução, educação e, em alguns casos, cuidados médicos. Meio-pensionistas - em que poderiam retornar nos fins de semana - e ainda com alunos para receber apenas a instrução, os externos. No caso dos pensionistas, a instituição procurava estabelecer através do anúncio uma percepção de cuidados constantes, uma quase extensão do lar.

²⁰ Diretor Emilio Zaluar, Sub-diretor Jose Tell. Membros da comissão, ilustres personalidades sociais: Dr. Francisco de Paula, Conselheiro João Duarte Lisboa, Dr. Justiniano Jose Rocha, Dr Francisco Octaviano Rosa e o Escritor Dr. Gonçalves Dias.

²¹ Possui uma Comissão Honorária de Inspeção Científica, com 6 membros, incluindo marqueses, viscondes e dois conselheiros públicos: Euzébio de Queiroz e Jose Pedro Dias.

²² Seus serviços são recomendados para diversos fins: “pais que tiverem filhos de débil constituição e assim pequenos e alguns vícios (...) deformidades no corpo (...) fraquezas em algumas articulações (...) qualquer enfermidade susceptível de ser curada pela ginástica ortopédica”.

Podemos encontrar uma segunda variação nesta relação de valores: taxas extras, não compreendidas na pensão. Correspondiam a algumas aulas, como desenho (6\$000 no Colégio de Meninas da Baroneza de Geslin), ou canto (8\$000 no Colégio de Meninas da Ms. Hitchings).²³ Também correspondiam aos cuidados domésticos com as roupas dos alunos, por exemplo, que eram lavadas, engomadas e costuradas, por 4\$000.

Se pensarmos em estabelecer referências opostas de preços destas pensões, podemos selecionar a instituição com a taxa mais cara do anúncio, o Colégio Parahyba do Sul, para meninos, cujo valor para internos era a taxa paga trimestralmente - a modalidade mais recorrente percebida nos anúncios - de 120\$000 Reis (equivaleria a 40\$000 mensais), somada a uma cobrança de 40\$000 Reis paga no ingresso do aluno, despesas domésticas e algumas aulas eram ainda cobradas a parte.²⁴ Ao lado do Colégio Kopke²⁵, com o menor valor de pensão registrado de 40\$000 pagos por quatro meses adiantados (equivalendo a 10\$000 mensais), com uma taxa extra de 20 mil contos de Reis, para usos de cama, travesseiro, objetos domésticos, lavagem de roupa e material de aula.²⁶ Algumas outras instituições cobram ainda uma taxa de material escolar, como o Colégio São Pedro de Alcântara, cuja pensão é de 75\$000 para internos, e a referida taxa é de 2\$000 Reis trimestrais.

A guisa de conclusão é válido registrar que, destes anúncios pesquisados, procuramos reencontrar alguns dos sinais deixados pela iniciativa privada do ensino. Um investimento justificado pelo número de escolas que, neste tempo, aumentava a cada ano, bem como aumentava o valor e a importância atribuídos à instrução. Podendo ser caracterizado como um tempo em que o Estado Imperial estabelece várias estratégias no sentido de produzir e legitimar o lugar social da escola. Um momento de invenção, institucionalização, construção do sistema educacional moderno. E inscrever a iniciativa privada neste movimento como uma das relações complexas e distintas que o constituiu, ao reforçar, instaurar, reagir e legitimar certas práticas, tornou-se, por tanto, um objetivo

²³ Optativas são, comumente, as seguintes matérias: algumas línguas, dança, flauta, piano, canto, desenho, cujos valores ficam entre quatro e dez contos de Réis cada.

²⁴ A pensão de meio-pensionista era de 80\$000 e a taxa de entrada 20\$000, para externos o trimestre custava 30\$000, sem taxa extra. Bellas artes e lavagem de roupa são pagas a parte. Destaca ainda que “meninos pobres de pais honestos são admitidos gratuitamente. Sendo verificadas a pobreza e o talento pronunciado”.

²⁵ Mesmo valor da mensalidade do Colégio Preparatório para o Comércio e Academias do Império.

²⁶ Exigia-se também uma lista de materiais de enxoval, como 12 camisas brancas e outras peças de vestuário.